

Relações holandesas-indígenas no Brasil : iniciativas no passado, presente e futuro

Netherlands-indigenous relations in Brazil : initiatives in the past, present and future

John Manuel Monteiro¹
(*In memoriam*)

Introdução

O texto aqui apresentado é a tradução de uma palestra que John Manuel Monteiro apresentou em Inglês, em 28 de setembro de 2011, em Leiden, Holanda. ¹ A ocasião era um encontro de especialistas de vários setores para discutir o conceito de patrimônio nas relações holandesas-indígenas. Participaram dele cientistas como arqueólogos, antropólogos, linguistas e historiadores especializados em várias regiões como América ártica, Canadá, Estados Unidos, México, Caribe, Brasil, dentre outros. Participaram, também, representantes de museus, bibliotecas e arquivos, ao lado de ONGs envolvidas com causas indígenas e representantes de organizações indígenas na Holanda. Esta iniciativa do Erfgoed Nederland e da Faculdade de Arqueologia da Universidade de Leiden foi a primeira tentativa de abordar o tema e, portanto, o encontro teve um caráter exploratório dirigido principalmente para a comunidade de interessados na Holanda. ²

A palestra de John Monteiro encaixou-se na primeira parte do encontro, que agregou apresentações de especialistas sobre vários aspectos do patrimônio das relações holandesas-indígenas. Seguiu-se uma segunda parte, na qual os participantes discutiram temas específicos em oficinas temáticas. A palestra de John refere-se várias vezes aos assuntos que depois foram discutidos nessas oficinas. Por exemplo, o conceito de patrimônio compartilhado, *shared heritage*, que figura proeminentemente na política holandesa no que diz respeito ao patrimônio colonial.

¹ UNICAMP.

Além de oferecer um resumo da pesquisa sobre o patrimônio das relações holandesas-indígenas no Brasil, a palestra de John oferece também um panorama dos desenvolvimentos na área de patrimônio indígena no país.

O encontro teve o Holandês como língua principal, apesar de várias pessoas terem apresentado seus trabalhos em Inglês – fato a que John Monteiro se refere no início da palestra. Para a transcrição e a tradução da palestra, alguns registros típicos da linguagem oral, tais como repetições, foram omitidos para não atrapalhar a coerência do texto escrito. A tese apresentada ao final do texto resulta de um pedido da organização para que cada palestrante formulasse um assunto a ser discutido nas oficinas.

O texto

Relações holandesas-indígenas no Brasil: iniciativas no passado, presente e futuro

John Manuel Monteiro (*In memoriam*)

Permitam-me agradecer aos organizadores por tornar possível a minha participação neste evento. Especialmente agradeço a Mariana Françoze por me ajudar com as traduções, para que eu possa seguir um pouco da discussão aqui. Peço desculpas por não falar Holandês e espero que o meu Inglês seja suficiente para me fazer entender.

A minha participação tem a ver com o meu trabalho sobre a história dos povos indígenas no Brasil Colonial, na história do Brasil em geral, que necessariamente me coloca em contato com os holandeses, não apenas como agentes históricos importantes, mas também como alguns dos mais importantes produtores de materiais textuais e visuais, bem como coletores de cultura material. Mas, como vocês sabem, vivemos em um mundo pós-colonial, o que significa que o tema desta oficina atravessa necessariamente as atuais fronteiras nacionais. Este é especialmente o caso no Brasil, porque as relações dos holandeses com os ameríndios ocupam uma posição estratégica na história brasileira. Muitas vezes visto como um sub-capítulo de uma narrativa nacional maior, a invasão ou ocupação do Brasil holandês, como é freqüentemente chamada, durante a primeira metade do século XVII, deu origem a uma série de proje-

tos importantes a partir do século XIX, envolvendo a identificação, transcrição, tradução e publicação de fontes arquivísticas.

Há um hiato significativo entre estas iniciativas do século XIX e projetos recentes, começando especialmente nos anos 1990 e relacionando-se intimamente com os dois Quinto Centenários que ocorreram em 1992 e mais tarde, em 2000 – que foi o de 500 anos do descobrimento do Brasil. Eles deram origem a uma série de projetos importantes dirigidos à documentação relativa à história indígena. Para o tema de que estamos tratando aqui, acho que será suficiente.

Este é um momento importante na década de 1990, no qual há também um interesse renovado na história colonial e nas fontes coloniais, em que as fontes holandesas são de grande importância. Então, se uma grande quantidade de documentos que são usados pelos historiadores brasileiros foram traduzidos pela primeira vez no século XIX e início do século XX, seja em Pernambuco ou Ceará, em Institutos de História e Geografia que produziram uma série de traduções de fontes holandesas, já no final do século XX encontramos uma série de novas iniciativas que vão acompanhar o que está acontecendo no Brasil, especialmente após a Constituição de 1988, que foi a constituição que fez uma importante declaração sobre os povos indígenas no Brasil.

Considerando que, antes de 1988, os povos indígenas eram vistos como povos que estavam desaparecendo e que se tornariam parte das nações maiores, de alguma forma ou de outra perdendo a sua identidade e perdendo a sua diversidade, a Constituição de 1988 estabelece, em certo sentido, que o Brasil é composto de diversas culturas, incluindo os mais de 200 povos indígenas que vivem dentro dos limites do Brasil moderno. Além disso, isso trouxe um novo interesse pela história indígena, porque as próprias comunidades indígenas começaram a exigir mais e mais informação e cada vez mais apoio para suas reivindicações de direitos históricos.

Esta será a origem de alguns dos projetos mais importantes da história indígena no Brasil, começando com uma publicação de referência chamada *História dos índios no Brasil*, que fez questão de usar esse título e não o título "História dos índios brasileiros", o que seria uma outra forma de classificar a questão. A idéia de colocá-los dentro do Brasil levanta questões sobre sua autonomia, independência, soberania e outras questões que haviam sido silenciadas por muitos e muitos anos antes da Constituição de 1988.

No início da década de 1990 eu participei de um projeto junto com esta história geral dos povos indígenas, que era um guia de arquivos, um dos últimos guias de arquivo na era pré-digital. Foi basicamente um projeto de publicação convencional em que montamos equipes por todo o país [Brasil], que classificaram as diferentes fontes documentais nas capitais do país, com informações sobre os povos indígenas. Foi um grande passo adiante no estabelecimento do tema indígena dentro dos guias para a história brasileira.

Um dos principais projetos que surgiu no ano 2000 – ano do quinto centenário – foi um enorme esforço de digitalização, que é o chamado Projeto Resgate, o que significa recuperação, em que os principais arquivos em Portugal e especialmente o arquivo colonial em Lisboa foram completamente digitalizados em termos do seu material sobre o Brasil.

A melhor parte deste projeto é que ele criou uma série de índices que incluem temas indígenas. E assim, quase de repente, o acesso aos documentos relativos aos povos indígenas cresceu de forma exponencial, enquanto antes era muito difícil encontrar ou localizar este material. Bem, isso é mais ou menos o que os outros têm relatado aqui hoje. Muitos dos arquivos simplesmente não incluem este tema.

A primeira vez que eu fiz minha pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo, que possui uma enorme coleção colonial, pedi os documentos sobre os povos indígenas. Eles ficaram aguardando vários minutos, esperando que eu fosse embora, mas como eu fiquei lá, trouxeram uma caixa de documentos que tinha como rótulo "índios". E esta caixa tinha documentos dos séculos XVIII, XIX e XX completamente desconectados. Obviamente alguém simplesmente montou essa caixa com sobras. Seis ou sete meses depois, quando eu terminei minha pesquisa, eu tinha encontrado milhares de documentos sobre os povos indígenas e só do século XVII. Então é uma questão de tornar esses elementos cada vez mais visíveis.

O que eu queria falar hoje não é dessas iniciativas. Eu gostaria especialmente de contribuir com algo para a oficina aqui, informando sobre as iniciativas mais gerais que existem hoje no Brasil e que podem fornecer uma interface interessante para projetos que lidam com o patrimônio compartilhado entre holandeses e povos ameríndios, que é o tópico aqui hoje.

Eu acho que um dos aspectos que eu já mencionei e que é importante, é que houve um aumento na produção de fontes acadêmicas. Guias de arquivo, traduções de livros e documentos, a publicação sistemática do registro visual desse período do Brasil holandês. Especialmente o período Nassoviano, de 1637 a 1644, em que artistas e naturalistas acompanharam Maurits a Pernambuco e produziram uma enorme quantidade de materiais artísticos que estão espalhados em coleções particulares e em diferentes museus e arquivos na Europa, bem como, que têm sido objeto de publicações sistemáticas. E agora temos em mãos muito mais material do que há 20 anos.

Ao mesmo tempo, eu acho que existem dois problemas. O primeiro problema é que grande parte da produção no Brasil dá uma falsa impressão da presença holandesa no que atualmente é o país. Há um foco excessivo sobre esse breve período, no século XVII e a área que foi efetivamente ocupada pelos interesses holandeses durante um período de 24 anos, ou, na verdade, um pouco mais ou pouco menos em algumas áreas. Mas, em todo caso, há muito trabalho a fazer no sentido de que há muita informação sobre as atividades holandesas em outras regiões e em outros períodos, especialmente para os séculos XVII e XVIII, em diferentes partes da Amazônia, e naquilo que é chamado num sentido mais geral de Guiana, que inclui Roraima, Amapá e o norte do Pará, no Brasil, como áreas que foram profundamente influenciadas pela presença de relações holandesas – políticas e comerciais – com os povos indígenas.

Duradouras, estas relações tiveram impacto sobre a circulação de diversas mercadorias, e tiveram impacto sobre o movimento dos povos, já que os holandeses estavam profundamente envolvidos no comércio de escravos em toda aquela região. Isto é, desde áreas onde os holandeses tiveram controle físico real e ocupação, até as áreas onde eles tinham penetração política e comercial significativa, por exemplo, na área que hoje é Manaus, que no início do século XVIII estava fortemente envolvida nesses fluxos de influência holandesa neste contexto comercial e político. De qualquer forma esse é um dos problemas que enfrentamos, é ter de expandir a nossa visão da presença holandesa.

O segundo problema, que já foi anunciado por várias pessoas, é como podemos transmitir esses avanços em nosso contexto acadêmico para os próprios povos indígenas. E eu acho que há uma diferença significativa que precisa ser tratada entre as iniciativas de acadêmicos que estudam as relações holandesas-indígenas e o acesso

a essas informações por parte das comunidades cujos antepassados foram protagonistas dessas relações. Isso se torna um problema quando estamos falando, por exemplo, do Brasil holandês no sentido de meados do século XVII, em que houve importantes relações com os povos Potiguar e diferentes povos de língua Tupi, que foram agrupados na categoria de "*brasilianen*" bem como os Tapuia, que também incluem um grande número de grupos e cujos descendentes hoje têm muito pouco contato com essa herança.

Como o povo Potiguar, que ocupa diferentes áreas na Paraíba e em outros Estados, mas especialmente na Paraíba e Baía da Traição, por exemplo, que é um marco da história holandesa, há muito pouca sensibilidade e muito pouco contato com essa herança. E eu acho que nós entendemos por que isso ocorre. Eu acho que essa idéia que estamos discutindo aqui de patrimônio compartilhado é uma questão problemática para os povos indígenas, evidentemente, e nós vamos ter que discutir isso, certamente, nas oficinas.

Mas em qualquer caso, o que eu queria mencionar aqui muito brevemente são três áreas que se desenvolveram no Brasil, que podem fornecer uma interface interessante para projetos que exploram a história e o patrimônio compartilhado das relações holandesas-indígenas. Vou apresentar isso muito brevemente e se alguém estiver interessado posso falar mais sobre isso mais tarde.

A primeira iniciativa que eu acho que é importante e que está apresentando uma grande demanda de informações e de recursos educacionais, é uma lei recente, que foi aprovada no Brasil em 2008, que torna obrigatória a inclusão no currículo escolar da história e cultura dos povos indígenas. Claro que há uma longa história por trás disso. A idéia de que o Brasil é o produto de suas matrizes étnicas, isto é, os africanos, ameríndios e europeus, tem uma história longa e conhecida e entediante que remonta ao racismo convencional no século XIX e passa por uma série de outros problemas no século XX. Mas, neste momento, é um desafio muito interessante porque a maioria dos professores não tem absolutamente nenhuma informação e estão sem recursos disponíveis para incluir isso no seu currículo. E as fontes holandesas são muito interessantes como recursos educativos, especialmente os materiais visuais que precisam ser bem informados para que possam ser utilizados como recursos úteis.

Outro aspecto dessa lei que é curioso, é que, enquanto nas escolas públicas em geral, tem sido um obstáculo, as escolas indígenas, e em especial as escolas bilíngües que existem em todo o país, têm proporcionado um momento muito interessante para a discussão da história indígena. E eu acho que nós precisamos explorar essa discussão em um ponto ou outro.

A segunda grande área que eu queria mencionar aqui é a iniciativa do Ministério da Cultura no Brasil de registrar o patrimônio nacional, especialmente aquilo que é considerado patrimônio imaterial. E o patrimônio imaterial até agora catalogou poucas iniciativas indígenas. Há, por exemplo, um local sagrado no Alto Rio Negro, que é chamado Cachoeira do Iauareté, que é uma cachoeira em um dos rios, o rio Vaupés, que foi objeto de uma demanda de uma organização indígena para ser classificado e ser protegido como um lugar que contém um determinado patrimônio imaterial.

Outros exemplos dessa ou de outra forma de patrimônio imaterial que tem afetado os povos indígenas é o que eles chamam de conhecimento, no sentido das maneiras em que os povos indígenas mantêm e reproduzem o conhecimento das formas de produção ou objetos. Repito que há muitos poucos projetos que foram aprovados até agora. E uma terceira área seria práticas como rituais. Há um caso de um ritual indígena no estado do Amazonas, que foi classificado como patrimônio protegido. Em termos de conhecimento um dos projetos interessantes que passaram para serem reconhecidos é o dos Wajãpi do Amapá que têm suas artes corporais e artes geométricas classificadas como patrimônio imaterial.

A terceira área que eu queria mencionar que eu acho que é, talvez, a principal plataforma, e Martin [Berger], que falou antes de mim já indicou que existem alguns projetos direcionados a algumas destas organizações, são as próprias organizações indígenas. E as organizações indígenas no Brasil têm crescido consideravelmente desde o final dos anos 1980 e, mais uma vez, em parte, como um efeito da Constituição de 1988, que permite que as populações indígenas se expressem politicamente, enquanto antes eram subordinadas ao Estado em uma espécie de relacionamento tutelar.

Esta relação persiste num certo sentido, mas houve uma grande quantidade de movimento, no outro sentido, no modo como as organizações indígenas têm sido desenvolvidas. E as organizações indígenas agora chegam às centenas. Há algo como 230 diferentes povos indígenas no Brasil, mas há bem mais de 500 organizações indí-

genas que abrangem todo o país. Nos primeiros anos, a sua plataforma básica eram os direitos territoriais e pelo direito de ser diferente; hoje a arena de conflito tem girado mais em torno da própria cultura. E a idéia de que os povos indígenas têm que – num certo sentido – cuidar da preservação de seu patrimônio cultural, e isso resultou na criação de propostas e projetos, incluindo museus indígenas, por exemplo, muito interessantes. Assim, o Ministério da Cultura contou cerca de 50 diferentes museus indígenas no país. Embora incluam, em alguns casos, coleções particulares de artefatos e esse tipo de coisa, que um colecionador particular, que vive perto de uma comunidade indígena, abre para o público, há uma série de iniciativas importantes que são organizadas pelas próprias organizações indígenas, com o apoio de parceiros no Brasil e no exterior que criaram um espaço para o desenvolvimento desse tipo de discussão.

Onde o patrimônio holandês, patrimônio compartilhado com os holandeses, vai se encaixar nesse esquema todo, ainda está por ser visto. Eu não tenho realmente muita certeza sobre como podemos trabalhar isso. Mas eu acho que há uma série de questões que precisam ser discutidas em primeiro lugar. Eu apenas vou mencioná-las, para que possamos discuti-las em algum ponto.

E eu acho que o meu predecessor Martin colocou em sua apresentação uma questão interessante, que é a discussão de repatriação, que noto que tem sido um pouco ausente nessa discussão sobre herança compartilhada.³ Quando falamos de herança compartilhada com as organizações indígenas e intelectuais indígenas no Brasil, obviamente, há uma certa resistência a essa idéia, especialmente porque este patrimônio que é compartilhado tem a ver com o colonialismo, com a escravidão, com transformações severas, com perda de território, e uma série de outras coisas e, portanto, não é muito positivo falar de patrimônio comum dentro desse contexto. No entanto, há um enorme interesse entre as organizações e comunidades indígenas em ter acesso à cultura material, a cultura visual, que foi levada para museus, seja no Brasil ou do outro lado do Atlântico, nos museus etnográficos na Suécia, Holanda, Alemanha, França, em todos os lugares, até mesmo Portugal. Então eu acho que essa discussão é absolutamente central para o nosso debate aqui.

Finalmente eu acho que nós precisamos quebrar esta espécie de barreira nacional que eu acho que existe em estabelecer um diálogo também com instituições brasileiras, e eu penso que um pouco disso já tem sido feito. Eu poderia mencionar a

iniciativa que está começando com o Museu Goeldi, em Belém, e houve também outros projetos internacionais que passam por instituições brasileiras. E isso tem sido extremamente importante para potencializar força para as organizações indígenas. As organizações indígenas descobriram que é possível desenvolver projetos na área do patrimônio através de ligação direta com os parceiros estrangeiros, algo que era desconfortável para o órgão indigenista brasileiro (Funai) e algo desconfortável para alguns intelectuais brasileiros também, e isso é algo a que nós também temos que prestar atenção.

Tese: Um projeto comum para conceituar o patrimônio compartilhado entre os povos ameríndios e europeus deve primeiro reformular abordagens da História Atlântica, incluindo os povos indígenas não como meros receptores do *Columbian exchange*, mas sim como co-participantes ativos na construção do mundo moderno.

¹ Nota do editor-chefe de Fronteiras & Debates: A palestra foi transcrita e traduzida por Lodewijk Hulsmann (Universidade de Amsterdam), com colaboração de Mariana Françoze (Universidade de Leiden) e possui a autorização da família do professor John Manuel Monteiro para sua publicação. Como originalmente não foi pensada para ser um artigo científico, não há resumo, *abstract*, palavras-chave ou *key words*.

² *Nederlanders en de Inheemse bevolkingen van Amerika. Een verborgen erfgoed; The Dutch and the Indigenous Peoples of America. A hidden heritage*. Disponível em: <<http://awad.kitlv.nl/projects?id=279>>; <<http://media.leidenuniv.nl/legacy/verborgen-erfgoed.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2015.

³ Martin Berger é curador-júnior da coleção Meso-e Sul-Americana do Museu Nacional de Etnologia em Leiden (Rijksmuseum Volkenkunde). A sua apresentação *Sharing Knowledge and Cultural Heritage* destacou vários projetos do museu em colaboração com povos indígenas.